

2011: ano de conquistas para os trabalhadores

O ano que termina foi positivo para os trabalhadores, tanto do ponto de vista da proteção legal de seus direitos e interesses, quanto nas negociações salariais, cujos acordos e convenções, como regra, asseguraram ganho real.

Três razões levaram a este saldo positivo.

A primeira foi a unidade da classe trabalhadora que, por intermédio das centrais sindicais, soube defender unitariamente os interesses dos assalariados.

A segunda foi a firme disposição de o governo federal fortalecer o mercado interno e incentivar o investimento produtivo, tanto diretamente na área de infraestrutura, quanto indiretamente por meio da ampliação do crédito para o setor produtivo, especialmente aquele que gera emprego e renda, além de rechaçar qualquer tentativa de precarização de direitos.

A terceira, além do crescimento da economia mundial no primeiro semestre, foi o chamado bônus demográfico, que coloca o Brasil na

condição de contar com mais gente em idade produtiva do que a soma de crianças, jovens e idosos.

No plano da proteção legal verifica-se que não houve retrocesso nem ameaça concreta a direitos dos trabalhadores. Pelo contrário, houve avanços. Pelo menos quatro leis trouxeram benefícios aos trabalhadores este ano: a ampliação de 30 para 90 dias do aviso prévio, a política de recuperação do salário mínimo, a correção da tabela do imposto de renda e a política de formação e qualificação técnica dos assalariados, a partir do Pronatec.

No caso específico dos servidores públicos, a principal conquista foi a votação, em primeiro turno, da PEC 270/2008, que restabelece a aposentadoria integral e paritária para os aposentados por invalidez e corrige uma grande injustiça com o funcionalismo na reforma da Previdência.

Nas negociações salariais, apesar dos sinais do recrudescimento da crise na Europa e nos Estados Unidos, neste segundo semestre,

aconteceram ganhos reais em praticamente todas as negociações salariais ao longo do ano, segundo dados do Dieese.

É verdade que não foi possível avançar na busca de alternativa para reduzir ou eliminar o fator previdenciário, que causa enormes prejuízos aos trabalhadores no momento da aposentadoria, nem tampouco foi possível assegurar a votação da PEC que reduz de 44 para 40 horas semanais a jornada de trabalho. Mas estas e outras matérias estarão entre as prioridades do movimento sindical para 2012.

No próximo ano a expectativa é ainda mais positiva. De um lado porque o governo está firme na política de redução dos juros, o que facilita o investimento e a geração de empregos. De outro, porque o crescimento do PIB em 2012 irá servir de base para o reajuste do salário de 2014, ano de eleição presidencial, mais um motivo para que o governo se empenhe em ter crescimento superior ao de 2011.

A Diretoria

Opinião

Balanço legislativo: Congresso aprovou leis importantes para o País

Página 3

Custeio sindical

Centrais e confederações patronais defendem atual modelo de financiamento

Páginas 5 e 6

Aposentadoria

PEC 270/08: Câmara aprova proventos integrais para aposentados por invalidez

Página 16

Senado aprova regulamentação da profissão de motorista

Os senadores aprovaram, no dia 13 de dezembro, o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 319/2009, do ex-deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS), que regulamenta a profissão de motorista. O texto acatado é fruto de acordo firmado entre a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Transporte Terrestre (CNTTT).

Como houve alterações de mérito no texto, o projeto retornará para exame da Câmara (Casa de origem) que dará posição final em relação à matéria.

Uma das principais inovações contidas na proposta é a fixação da jornada de trabalho da categoria. Por meio do acréscimo do capítulo III-A no Código de Trânsito Brasileiro, o

texto proíbe os motoristas profissionais de dirigirem por mais de 4 horas ininterruptas, devendo ser observado, após esse período de trabalho, um intervalo mínimo de 30 minutos para descanso.

Em situações excepcionais, contudo, fica permitida a prorrogação por até 1 hora do tempo de direção, de modo a permitir ao condutor de veículo e carga chegar a lugar que ofereça segurança e atendimentos demandados. Além disso, os condutores serão obrigados, dentro de um período de 24 horas, a observar um intervalo mínimo de 11 horas de descanso, podendo esse tempo ser fracionado em nove horas mais duas horas, no mesmo dia.

DECISÃO FINAL

O texto, que agora volta à Câ-

mara, imputa aos empregadores, sem ônus para os motoristas, as despesas com cursos exigidos pela legislação e com seguro obrigatório. O valor mínimo de tal seguro deverá ser correspondente a dez vezes o piso salarial da categoria.

Com relação ao projeto original, a redação aprovada no Senado suprimiu dispositivos que instituíam adicional de "penosidade" e o direito à aposentadoria especial após 25 anos de exercício da profissão.

Respondendo a questionamento do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sobre essas alterações, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), explicou que tais benefícios deverão ser incluídos em projeto de lei de sua autoria que cria o Estatuto do Motorista (PLS 271/2008).

Aprovada a regulamentação da profissão de comerciante

No dia 14 de dezembro, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou conclusivamente o substitutivo do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que regulamenta a profissão de comerciante.

Trata-se de um texto oferecido como alternativa ao PLS 115/07, construído em comum acordo com o

autor da proposta original, senador Paulo Paim (PT-RS), e com representantes patronais e trabalhadores do setor.

A profissão exercida pelos comerciantes é antiga, mas a atividade não é formalmente regulamentada no país. A proposta segue agora para exame na Câmara.

EXPEDIENTE

Publicação do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Endereço: SBS - Edifício Seguradoras
Salas 301/7 - 70093-900 - Brasília-DF
www.diap.org.br
diap@diap.org.br
Fones: (61) 3225-9704/9744
Fax: (61) 3225-9150

Supervisão

Ulisses Riedel de Resende

Edição

Viviane Ponte Sena

Redação

Alysson Alves, André dos Santos,
Antônio Augusto de Queiroz, Iva Cristina Pereira de
Sant'Ana, Marcos Verlaime, Neuriberg Dias, Ricardo
Dias de Carvalho, Robson Lopes
e Viviane Ponte Sena

Diagramação

Fernanda Medeiros

Fone: (61) 3321-8200

Ilustração capa: Cerino

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora
CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente

Celso Napolitano (SINPRO/SP e FEPESP)

Vice-Presidentes

José Augusto da Silva Filho (CNTC)
Wellington Teixeira Gomes (FITEE)
Aramis Marques da Cruz (Sindicato Nacional dos
Moedeiros)
João Batista da Silveira (SAAE/MG)
Lúcio Flávio Costa (CNPL)

Superintendente

Epiniondas Lino de Jesus (SINDAF/DF)

Suplente

Ricardo Nerbas (SINTEC/SP)

Secretário

Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente

Antônio de Lisboa Amâncio Vale (SINPRO/DF)

Tesoureiro:

Izac Antonio de Oliveira (FITEE)

Suplente:

Jacy Afonso de Melo (SEEB/DF)

Conselho Fiscal

Efetivos

Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/SP)
Douglas de Almeida Cunha (CNTS)
Vicente Venuk Pretko (SINTRACARP/PR)

Suplentes

Maria Aparecida Sousa (SEEB/DF)
Cledo de Oliveira Vieira (SINDJUS/DF)
Clóvis Matoso Vilela Lima (FEBRAD)

OPINIÃO

Em 2011, leis importantes foram aprovadas

Antônio Augusto de Queiroz*

A percepção geral é de que o governo controlou o Congresso Nacional e este nada votou ou aprovou de importante em 2011. Mas uma análise isenta das matérias transformadas em lei neste primeiro ano da 54ª legislatura revela o contrário, pelo menos no que se refere à qualidade das normas legais.

Apesar de não ter sido votada nenhuma reforma estrutural em nível constitucional, o saldo é muito positivo e algumas das leis incorporadas ao ordenamento jurídico do país em 2011 trazem grandes avanços na transparência e controle da gestão pública, nos campos econômico e regulatório e, principalmente, na área social.

Entre os avanços na transparência e controle da gestão, merecem destaque: a Lei Geral de Acesso à Informação, 12.527, que favorece a democracia, a prevenção e o combate à corrupção, assegurando a participação social e o controle da cidadania sobre atos governamentais, além de eliminar a cultura do segredo e reduzir a assimetria de conhecimento entre instituições e pessoas; a Lei da Comissão da Verdade, 12.528, destinada a apurar violações aos direitos humanos entre 1964 e 1988, especialmente durante a ditadura militar.

No campo econômico, com fortes reflexos positivos nos indicadores sociais, as principais leis são: Política Permanente de Recuperação do Salário Mínimo, Lei 12.382; constituição de Empresa Individual

de Responsabilidade Limitada, Lei 12.441; Política de atualização da Tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física de 2011 a 2014, Lei 12.469; e Programa de Inclusão Digital (Tablet PC), Lei 12.507.

Na esfera regulatória, com aperfeiçoamento do sistema econômico, de proteção da concorrência e do crédito, destacam-se as leis: do Cadastro Positivo, Lei 12.414; do enquadramento no Supersimples

O balanço é positivo, a despeito da percepção negativa da população sobre a produção legislativa. Isso, sem nenhuma dúvida, é resultado da visão transmitida pela grande imprensa, que prioriza as denúncias e escândalos em detrimento da importância das políticas públicas propostas e implementadas

de milhões de micro e pequenas empresas, Lei Complementar 139; do Sistema de Defesa da Concorrência (SuperCade), Lei 12.529; e da Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado (TV a cabo), Lei 12.485.

Na área social, além de facilitar acesso à moradia aos pobres, as leis priorizam a proteção e formação do trabalhador. São elas: Certidão Negativa de Débito Trabalhista, Lei 12.440; Aviso Prévio Proporcional de até 90 dias, Lei 12.506; Inclusão Previdenciária do Microempreendedor Individual e Donas de Casa, com redução de alíquota de contribuição ao INSS, Lei 12.470; Instituição do Programa Nacional de Acesso ao En-

sino Técnico e Emprego (Pronatec), Lei 12.513; e Programa Minha Casa, Minha Vida 2, Lei 12.424.

O Congresso Nacional ainda discute, com chances de aprovação neste ano, mais cinco matérias relevantes: a PEC que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU); o projeto do Código Florestal; o Projeto de Lei da Previdência Complementar do Servidor Público; a Proposta Orçamentária para 2012; e o Plano Plurianual para o período 2012-2015. O projeto sobre os royalties do petróleo, pela complexidade e pelas disputas envolvidas, dificilmente será votado conclusivamente até o recesso parlamentar, com início em 23 de dezembro.

A participação do Poder Executivo na aprovação dessas políticas públicas foi fundamental, seja porque todas tiveram a sanção da presidenta Dilma, seja porque a maioria foi de iniciativa do governo federal. O Congresso, igualmente, teve o mérito de aprovar, iniciar ou aperfeiçoar o conteúdo das proposições, contribuindo para os avanços apontados.

O balanço do primeiro ano da legislatura, portanto, é positivo, a despeito da percepção negativa da população sobre a produção legislativa. Isso, sem nenhuma dúvida, é resultado da visão transmitida pela grande imprensa, que prioriza as denúncias e escândalos em detrimento da importância das políticas públicas propostas e implementadas pelo Parlamento e pelo governo federal.

(*) *Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap. Publicado originalmente na revista Teoria&Debate*

PL 1.992/07: votação do substitutivo com três fundos fica para fevereiro

Marcos Verlaine

A contra gosto do governo, acordo produzido entre os líderes e o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), transferiu a votação do PL 1.992/07, do Executivo, que cria a previdência complementar dos servidores públicos da União, para fevereiro, quando os trabalhos do Legislativo serão retomados. O Congresso entra em recesso no dia 23 de dezembro e só retorna em 2 de fevereiro de 2012.

A decisão do presidente da Câmara desagradou o governo, que deu caráter de urgência à tramitação do projeto ainda no início de outubro, e trabalhava com sua aprovação na Casa ainda neste ano de forma a deixar para 2012 apenas a votação no Senado.

O substitutivo elaborado pelos relatores das comissões de Seguridade Social e Família, deputado Rogério Carvalho (PT-SE); de Finanças e Tributação, Ricardo Berzoini (PT-SP); e de Constituição, Justiça e Cidadania, Maurício Quintella Lessa (PR-AL), foi proferido em plenário no dia 14 de dezembro.

As inovações em relação ao texto aprovado pela Comissão de Trabalho são o aumento da alíquota máxima de contribuição do governo aos fundos, que antes era de 7,5% passa a ser de 8,5%. Este índice incidirá sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto do Regime Geral da Previdência Social (atualmente em R\$ 3.691,79).

Ao invés de ser um fundo único como estava previsto no texto original e no substitutivo do Trabalho, agora serão três, um para cada Poder – Executivo, Legislativo e Judiciário. Autor do substitutivo aprovado pela Comissão de Trabalho, o deputado Sílvio Costa (PTB-PE) criticou mudanças no texto, como a criação de três fundos em vez de um só para todos os servidores.

ATUAIS SERVIDORES

O substitutivo conjunto também permite aos servidores atuais que desejarem aderir ao fundo o aproveitamento das contribuições sociais feitas a outros regimes de previdência pública, de estados e municípios. Nesse caso, haverá a compensação desses regimes com a União.

O servidor que tomar posse até

antes da entrada em funcionamento das fundações e aderir a uma delas receberá um benefício especial além do teto e dos recursos do fundo de previdência.

COMISSÃO GERAL: DIVERGÊNCIAS

No dia 7 de dezembro, o plenário da Câmara realizou uma comissão geral que debateu o projeto. Na discussão entre os representantes do governo e as entidades sindicais ficaram explícitas divergências que ainda não foram superadas.

“Se não aprovarmos essa reforma logo, mesmo que não seja com a amplitude necessária, corremos o risco de pagar um preço muito alto. Se não nós, com certeza as futuras gerações, representadas pelos nossos filhos e netos, pagarão esse preço”, disse o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho referindo-se ao déficit das contas do setor.

Segundo o ministro, a previdência dos servidores públicos acumula um déficit anual de cerca de R\$ 42 bilhões. “A criação do fundo não irá sacrificar nenhum servidor público. O objetivo é que eles ganhem o mesmo que ganham hoje. A única diferença é que a União não continuará a bancar esse prejuízo, porque ele poderá ser crescente”, afirmou.

De acordo com Garibaldi Alves, hoje existem 29 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, que estão sujeitos ao teto de R\$ 3.691. Já os servidores públicos aposentados, que não estão submetidos a esse valor, somam 920 mil pessoas.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita), Silva Helena de Alencar Felismino, a medida sujeita a renda dos servidores a riscos de mercado. Ela destacou que, hoje, esses profissionais sabem o valor que receberão de aposentaria, ainda que o valor a ser pago durante a vida laboral aumente. Já pela proposta, segundo ela, a situação é contrária: o percentual de contribuição é fixo, mas o valor a receber durante a aposentadoria não é.

MOMENTO INOPORTUNO

No debate, o diretor de relações externas do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, José Ricardo da Costa Silva, disse que este

não é um bom momento para a criação do fundo de previdência complementar para os servidores da União.

Isso porque, segundo ele, a mudança acarreta perda de receitas imediatas da União e cerca de 40% dos servidores federais terão condições de se aposentar nos próximos cinco anos. “Isso pode levar a um colapso”, alertou.

“PÉSSIMA QUALIDADE”

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Álvaro Sólon de França, criticou a proposta do governo por oferecer os planos de benefícios na forma de contribuição definida.

Em sua opinião, o projeto cria “uma poupança financeira de péssima qualidade” e deveria ser discutido durante vários anos, uma vez que envolve assunto de longo prazo.

O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Pedro Delaure Tolentino Filho, afirmou que antes da reforma da previdência, em 2003, os benefícios do Regime Próprio dos servidores públicos federais chegavam a R\$ 23 bilhões e as contribuições a apenas R\$ 2 bilhões. Em 2010, esses números subiram para R\$ 49 bilhões e 20 bilhões, respectivamente. “Claramente, o sistema está convergindo para o equilíbrio”, disse.

O dirigente destacou que a entidade é contrária à criação de uma previdência complementar para os servidores. “Na Constituição Federal está escrito que o fundo tem que ter natureza pública e não privada como está no projeto”, declarou.

ISONOMIA ENTRE OS DIFERENTES

Ele refutou ainda o argumento de que servidores públicos e empregados da iniciativa privada devem ter isonomia com relação ao regime de previdência. “Discordamos radicalmente dessa postura, uma vez que na iniciativa privada os trabalhadores têm direito, por exemplo, a FGTS e participação nos lucros. Eles ainda têm possibilidade de ganhar salário de R\$ 300 mil. Já o servidor público não tem nada disso. Como vamos atrair as melhores cabeças, se não tivermos um mínimo de atrativo?”, questionou.

CUSTEIO SINDICAL

Cinco das seis centrais defendem a manutenção da contribuição sindical

*Alysson Alves**

Em audiência pública realizada no dia 29 de novembro na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, cinco das seis centrais sindicais reconhecidas pelo Ministério do Trabalho (MTE) se posicionaram a favor da manutenção da contribuição sindical e do atual modelo de organização sindical adotado no País.

Nos debates, que discutiram a viabilidade da criação de uma contribuição negocial, com a consequente extinção do imposto sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi a única central que se posicionou a favor da proposta.

Segundo o secretário-geral da entidade, Quintino Severo, “o imposto sindical deve ser substituído pela taxa de negociação coletiva, a ser cobrada e aprovada em assembléia pelos que são beneficiados pelo acordo coletivo. Hoje, infelizmente, o imposto sindical tem servido para fraudes”, disse.

E prosseguiu: “a CUT defende o fim do imposto sindical tanto para trabalhadores quanto para empregadores”.

Ele disse ainda que o fim da contribuição sindical é parte integrante do princípio institucional da CUT, que desde sua fundação, atua também em favor da liberdade e autonomia sindicais.

Quanto à unicidade sindical, Severo disse que “não se trata de um mar de rosas, já que dentro de uma única empresa há cerca de 35 sindicatos e, portanto, a representação sindical é fracionada por profissão”.

Questionado sobre a quantidade de entidades sindicais presentes na base de atuação da CUT, ele disse que são 3.600 sindicatos em todo o Brasil. Disse, também, que a CUT defende a instituição de uma negociação coletiva nacional para que o trabalhador de uma montadora no Sul não receba menos que um metalúrgico do Sudeste.

DEBATEDORES

A audiência havia sido precedida por intenso debate e a participação de inúmeros representantes dos trabalhadores, empregadores e do Ministério Público do Trabalho.

Foram ouvidos representantes da Nova Central Sindical (NCST), da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Força Sindical. Também participou do debate o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST).

Por parte das entidades patronais participaram as confederações nacionais da Agricultura (CNA), do Comércio (CNC) e da Indústria (CNI).

A seguir, um breve resumo da participação de cada um dos debatedores presentes na audiência.

FORÇA SINDICAL

Luiz Carlos Barbosa sinalizou a importância do debate em torno do atual modelo sindical. “Não podemos rasgar o modelo sindical existente em função dessa nova proposta que querem aprovar. Sindicato sem dinheiro não atua em favor dos trabalhadores. Há um interesse manifesto em não fortalecer o sindicalismo, ao contrário, querem o seu desmantelamento”.

NCST

Segundo o presidente José Calixto Ramos, da Nova Central, “é peremptoriamente contrária ao fim da contribuição sindical. 80% das receitas das confederações e 30% dos sindicatos decorrem dessa contribuição. Votar a favor do fim dessa contribuição é desmantelar toda a estrutura do movimento sindical brasileiro”, assegurou.

E prosseguiu: “A NCST e a grande maioria do movimento sindical brasileiro defende a unicidade sindical, a representação por categoria profissional e a contribuição compulsória envolvendo, inclusive, os servidores públicos, donas de casa e trabalhadores celetistas defendidos pelo sistema confederativo.”

Calixto lembrou que já houve no Brasil, em 1934, a possibilidade de pluralidade sindical, mas em 1937, com a nova Constituição, retornou para a unicidade e a contribuição compulsória. “A diferença da pluralidade *versus* unicidade são bandeiras e vão existir sempre. Na Constituinte de 88 foi mantida a unicidade e a contribuição sindical está recepcionada no artigo 8º de nossa Carta Cidadã.”

Fazendo paralelo com outras contribuições, Calixto citou a contribuição para a OAB, “dracroniana”, pois sem pagá-la, o advogado não pode exercer a profissão. Outra contribuição, a partidária, é geral, e não perguntaram para a sociedade se querem ou não pagar”, argumentou.

Calixto assegurou que o movimento sindical brasileiro quer todas as instituições funcionando. “Para tanto, se o trabalhador não tiver a disposição de contribuir poderá se instalar

no País o anarquismo sindical, que não queremos.”

CGTB

Para Carlos Alberto Oliveira, o movimento sindical foi preponderante para na história do Brasil haver distribuição de renda e a conquista da soberania nacional. “O sindicalismo brasileiro tem se aperfeiçoado graças à contribuição sindical. O reconhecimento das centrais veio a consolidar a atuação do movimento sindical em favor dos trabalhadores e trabalhadoras.”

“A unidade do movimento sindical tem sido fundamental para o crescimento da economia, além de que, o sindicato é previsto na Constituição com a missão de negociar em nome do universo de uma determinada categoria e, nesse sentido, deve ser financiado por esse conjunto. Todo e qualquer sindicato representa uma determinada categoria inteira e o acordo que celebra tem efeito de lei, que deve ser observada e cumprida tanto por trabalhadores quanto pelos empresários.”

CTB

Joilson Antônio Cardoso reiterou a posição e princípio fundante do sindicalismo brasileiro – a unicidade sindical. “Nosso sistema organizativo sindical é um dos mais avançados e promoveu o protagonismo da defesa nacional e do crescimento econômico.”

Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho, foi taxativo em afirmar que “cada procurador do MPT é uma entidade própria. Pensa de maneira individual e a soma torna-se o pensamento coletivo da instituição”.

FST

José Augusto destacou que a entidade congrega 18 confederações, quatro centrais sindicais e a Cobap. Segundo Augusto, a discussão da reforma sindical deve ser entre as centrais e, em seguida, no Congresso Nacional.

“A proposta em debate é polêmica e coloca em risco a sustentação

financeira das entidades sindicais. O momento não é oportuno para essa discussão, que deveria ficar concentrada em temas consensuais do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho”, por exemplo.

Ele sintetizou o sentimento geral em torno da proposta de instituição da contribuição negocial em substituição da sindical. “A proposta não tem consenso no movimento sindical, está na contramão das necessidades do País e contrariando o que é previsto e garantido nos artigos 578 a 600 da CLT”, disse.

CNTC

O diretor de Assuntos Trabalhistas e Judiciários Lourival Figueiredo Melo disse ser favorável à unicidade sindical e a manutenção da contribuição sindical.

Segundo Lourival, “nesse debate da pretensa substituição da contribuição sindical pela contribuição negocial as confederações deveriam ser convidadas para o debate bem como os sindicatos que não têm vinculação com as centrais sindicais”.

Quanto à atuação do MPT, Lourival foi crítico: “desafio o MPT a organizar os trabalhadores de um shopping center. Querem acabar com o movimento sindical ao invés de fortalecê-lo. O MPT conhece a teoria e não a prática, o que é e como atua o movimento sindical brasileiro. Se acabar com a contribuição sindical e não regulamentar a contribuição assistencial teremos sindicatos fechados no Brasil”.

UGT

Vicente da Silva resgatou o entendimento formulado na Constituinte de 88, quando foi aprovada a unicidade sindical e a instituição da contribuição sindical para o custeio da organização sindical. “Aprovamos a unicidade e a contribuição sindical para a manutenção e atuação do movimento sindical em defesa dos trabalhadores”.

CNI

“Eliminar ou não a contribuição sindical, esse é a discussão do mo-

mento? Quando o tema é debatido com a sociedade todos ganham. Na busca do entendimento deve ser observada e buscada a segurança jurídica, tanto para os empresários quanto para os trabalhadores. Nesse sentido, a CNI é contra o fim da contribuição sindical”, disse Aduino de Oliveira Duarte, representante do setor industrial.

CNA

“A CNA não defende o fim da unicidade sindical porque pode ocorrer a influência política no movimento sindical”, garantiu Cristiano Barreto, representante da agricultura e do agronegócio nacional.

Ainda segundo o representante patronal, o imposto sindical destina-se à realização de atividades que sozinho os trabalhadores não podem ou não conseguem promover. “A defesa da contribuição sindical no modo como se encontra é para promover a defesa dos trabalhadores e o trabalho do sindicato é muito mais que representação e negociação coletiva”, sinalizou.

CNC

Falando em nome da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o deputado Laércio Oliveira (PR-SE) disse que a entidade patronal defende a unicidade sindical. “O ‘Sistema S’ tem orgulho de sua excelência institucional e cujas atividades são voltadas para o bem estar tanto dos trabalhadores quanto da sociedade nas dimensões da qualificação profissional, formação e melhoria da qualidade de vida.”

A CNC também é contra o fim da contribuição sindical. “Se há necessidade de um novo modelo para o sindicalismo brasileiro não pode ser pela imposição de uma nova regra, mas por meio de ampla discussão.”

“Sindicatos fortes dos empregadores e de trabalhadores são imprescindíveis para a defesa dos seus interesses”, finalizou.

ELITE PARLAMENTAR

DIAP divulga os “dez mais” influentes do Congresso em 2011

O Departamento concluiu o resultado da pesquisa que faz anualmente entre os 100 “Cabeças” do Congresso para a eleição dos 10 parlamentares mais influentes. A consulta aconteceu entre os dias 26 de outubro e 1º de dezembro, tendo votado 65 congressistas, sendo 43 deputados e 22 senadores. Veja o resultado:

Posição	Nome	Nº de votos	Status
1º	Deputado Marco Maia (PT-SP)	42	Presidente da Câmara
2º	Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)	37	Líder do governo na Câmara
3º	Senador José Sarney (PMDB-AP)	35	Presidente do Senado
4º	Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	30	Líder do PMDB na Câmara
5º	Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	23	Líder do governo no Senado
6º	Deputado ACM Neto (DEM-BA)	22 (¹)	Líder do DEM na Câmara
7º	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	22 (¹)	Líder do PMDB no Senado
8º	Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)	21	Líder do DEM no Senado
9º	Deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP)	20 (¹)	Líder do PSDB na Câmara
10º	Deputado Paulo Teixeira (PT-SP)	20 (¹)	Líder do PT na Câmara

(¹) critério de ordem alfabética para desempate

O resultado da consulta, que indicou representantes das cinco regiões do País, foi equilibrado em termos de peso político entre situação e oposição; valorizou a posição institucional do parlamentar, já que todos são líderes ou presidente das Casas do Congresso; e, proporcionalmente, mostrou-se mais favorável ao Senado.

No plano regional, lideram o ranking as regiões Sudeste, representada por São Paulo, e a Nordeste, representada pelo Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, com três parlamentares; seguidas da região Norte, com dois parlamentares, representada por Amapá e Roraima; e das regiões Sul, repre-

sentada pelo Rio Grande do Sul; e Centro-Oeste, representada por Goiás, com um cada.

Partidariamente, lidera a lista dos mais influentes os dois principais partidos da base de sustentação do governo, estando em primeiro lugar o PMDB, com quatro parlamentares, e, em segundo, o PT, com três; seguidos dos dois principais partidos de oposição: o DEM, com dois, e o PSDB, com um.

Os “Cabeças”, ao votarem para eleição dos dez mais influentes, optaram por valorizar o critério institucional, ou seja, o posto que o parlamentar ocupa na estrutura da Casa, já que foram escolhidos os presidentes das

duas Casas do Congresso, os líderes do governo na Câmara e no Senado e seis líderes partidários.

Nos casos de empate, optou-se por critério de ordem alfabética. Assim, ACM Neto ficou em sexto e Renan Calheiros em sétimo, mas se o critério tivesse sido a idade ou mais tempo de Parlamento ou a Casa do Congresso, poderia ter havida inversão das posições, com Renan em sexto lugar e ACM Neto em sétimo. O mesmo pode-se dizer dos deputados Duarte Nogueira e Paulo Teixeira, respectivamente em nono e décimo lugar.

Logo a seguir - num segundo grupo de parlamentares bem votados, que

vai da 11ª a 22ª posição - os senadores lideram, com Aécio Neves (PSDB) na 11ª colocação, com 15 votos; os senadores Álvaro Dias (PSDB), Humberto Costa (PT) e José Pimentel (PT) empatados com 12 votos cada; o senador Francisco Dornelles (PP), com onze votos; o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) e o deputado Arlindo Chinaglia (PT), com dez votos cada; o senador José Agripino (DEM) e o deputado Miro Teixeira (PDT), com nove votos cada; seguidos dos deputados Chico Alencar (PSol), Henrique Fontana (PT) e o senador Walter Pinheiro (PT), com oito votos cada.

Também neste segundo grupo prevalece o critério institucional. Com

exceção dos senadores Aécio Neves e Aloysio Nunes Ferreira e do deputado Miro Teixeira, todos os demais exercem algum posto na estrutura da Casa. São líderes partidários os senadores Álvaro Dias, Humberto Costa e Francisco Dornelles e o deputado Chico Alencar. O senador José Pimentel é líder do governo no Congresso. O senador José Agripino é presidente de partido. São relatores de matérias relevantes, os deputados Arlindo Chinaglia, do Orçamento, e Henrique Fontana, da reforma política, e o senador Walter Pinheiro, do Plano Plurianual.

O grau de influência dos parlamentares, a julgar pelas escolhas

feitas pelos “Cabeças”, depende, em primeiro lugar, do exercício de missão partidária na Mesa Diretora, nas lideranças, na presidência de comissão ou em relatorias de matérias relevantes. E, segundo, depende da reputação e, neste quesito, apenas três parlamentares estão nessa condição porque não ocupam posto institucional, e todos estão no segundo grupo: Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira e Miro Teixeira.

Leia o perfil elaborado pelo DIAP, dos dez parlamentares com mais poder ou capacidade de influência no Poder Legislativo Federal, segundo a opinião dos “Cabeças” do Congresso.

PERFIL DOS “DEZ MAIS”

Marco Maia (PT-RS)



Deputado, 3º mandato, metalúrgico. Com a experiência de quem foi líder sindical, secretário estadual da Administração do Rio Grande do Sul e presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, estreou na Câmara Federal com desenvoltura de veterano. Entre as atividades sindicais, destaca-se a de dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e de Nova Rita (RS). Foi secretário de Política Sindical da Federação e secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Na Câmara dos Deputados, Marco Maia foi vice-presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e membro da Comissão de Viação e Transportes, relator da CPI do Tráfego Aéreo, vice-líder da bancada do PT, coordenador da bancada gaúcha no Congresso Nacional e coordenador da Comissão Externa da Estiagem no Rio Grande do Sul. Parlamentar articulado e atuante, foi 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara e do Congresso Nacional, oportunidade em que se credenciou para a presidência da Casa. Atual presidente da Câmara dos Deputados, tem surpreendido pela capacidade de coordenação dos trabalhadores e pacificação da Casa. Integra pela quinta vez a lista dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Destaca-se como articulador.

Cândido Vaccarezza (PT-SP)



Deputado, 2º mandato, médico. Fundador do PT, já exerceu diversos cargos na direção nacional e estadual. Iniciou a militância no movimento estudantil, no anos 70, atuando na reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi um dos diretores da refundação da UNE, em 1979. Estreou no Parlamento federal como coordenador do Grupo de Trabalho para Consolidação das Leis (2007-2008). Seu talento como articulador logo o levou para a Liderança do PT (2009). Escolhido pelo ex-presidente Lula para o cargo de líder do governo na Câmara (2010), foi reconduzido para a tarefa pela presidente Dilma. Como líder, seu trabalho foi decisivo para aprovação de projetos fundamentais para o País e para o governo, como a política de aumento do salário mínimo; o aumento dos recursos para o Bolsa Família; o Minha Casa, Minha Vida; o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); o marco regulatório do Pré-Sal; e o Regimento Diferenciado de Contratações para Obras da Copa e Olimpíadas. Deputado estadual por dois mandatos, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão Especial de Consolidação das Leis do estado de São Paulo e a vice-presidência da Comissão de Finanças e Orçamento. É de sua autoria a criação do Sistema de Sangue do estado de São Paulo e o Código do Idoso do estado. Foi presidente da Comissão Especial que analisou a PEC 511/06, instituindo novas regras de tramitação de medidas provisórias. Compõe pela quinta vez a elite do Congresso Nacional. Destaca-se como negociador.

José Sarney (PMDB-AP)

Senador, 5º mandato, maranhense, advogado, professor universitário, escritor, jornalista e empresário. Sexto ocupante da Cadeira 38 da Academia Brasileira de Letras desde 1980. É, ainda, membro da Academia de Ciências de Lisboa. Um dos políticos mais influentes da República, com mais de 50 anos, não só de vida pública, mas também de mandatos eletivos ininterruptos. Já passou pelos principais cargos que um homem público pode almejar, tendo sido, por diversas oportunidades, líder partidário e presidente de comissões importantes do Legislativo Federal. Pelo Maranhão, foi deputado federal, senador e governador. Vice-presidente e presidente da República, conduziu o difícil processo de transição democrática depois de 21 anos de ditadura militar. Eleito e reeleito senador pelo Amapá, está no terceiro mandato pelo estado. Neste período, presidiu por quatro vezes o Senado Federal (1995-1997, 2003-2005, 2009-2011, 2011-2013). Foi defensor e um dos principais conselheiros do governo Lula no Congresso. Permanece como uma das lideranças de apoio ao governo Dilma no Legislativo. É pai da governadora reeleita do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), e do deputado federal reeleito, Sarney Filho (PV-MA). Parlamentar de grande prestígio, reconhecido como excelente articulador e formador de opinião, compõe todas as 18 edições dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)

Deputado, 11º mandato, advogado e empresário. Membro de família tradicional na política do Rio Grande do Norte, é filho do ex-governador e ex-ministro, Aluísio Alves, e primo do ex-presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho. Na Câmara desde 1971, é o deputado federal com maior número de mandatos. Membro da bancada da comunicação, tem participação acionária na rádio Cabugi, na Inter-TV (Globo) e na rádio difusora de Mossoró. Foi relator da Emenda Constitucional 36, que dispõe sobre a participação do capital estrangeiro nos veículos de comunicação. Quando presidiu a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, recebeu elogio pelo modo democrático como conduziu esse órgão técnico da Câmara. Discreto em sua atuação parlamentar, é líder do PMDB, segunda maior bancada na Câmara. Já presidiu a Comissão de Constituição e Justiça, as mais importantes do Parlamento. Foi relator na Comissão Especial do PL 2.502/2007, do Pré-sal, que trata da exploração e produção do petróleo. Relatou também a MP 459/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida. Filiado ao PMDB desde o 1º mandato de deputado federal, integra a base de sustentação ao governo Dilma, além de ser um importante aliado e defensor do Planalto no Congresso Nacional. Compõe pela décima segunda vez (1997, 1998, 1999, 2000, 2003 e 2005 a 2011) a relação dos parlamentares mais influentes. Destaca-se como articulador.

Romero Jucá (PMDB-RR)

Senador, 3º mandato, pernambucano, economista. Político experiente, foi secretário estadual e nacional de Habitação, governador de Roraima nomeado pelo presidente da República, além de presidente da Funai. Parlamentar atuante e articulado, foi vice-líder e líder do governo no Senado na segunda gestão de FHC. No governo Lula, foi ministro da Previdência e exerceu o cargo de líder governista no Senado, posto que continua ocupando no governo Dilma. Estudioso de finanças públicas e prático na forma de agir, relatou a reforma tributária em 2003, o Orçamento de 2004 para o ano de 2005 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias em 2006 para valer em 2007. Foi relator de receitas do Orçamento para 2010. Pós-graduado em Engenharia, é um especialista no Congresso em matéria de infraestrutura. Um dos expoentes do PMDB no Senado, é 3º vice-presidente nacional do partido. Hábil negociador, destaca-se como formulador. Compõe, pela 13ª vez, 1998 a 2004, 2006 a 2011, a relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional.

Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)

Deputado, 3º mandato, advogado e empresário. Neto e herdeiro político do senador Antonio Carlos Magalhães. Foi campeão de votos no estado nas três eleições que disputou para a Câmara dos Deputados. Parlamentar articulado, de boa oratória e forte convicção liberal, iniciou sua militância política na presidência da Força Jovem do PFL, atual Democratas, chegando à vice-presidência nacional do partido. Surpreendeu, desde o 1º mandato, pela assiduidade e qualidade de suas intervenções, especialmente durante os debates das reformas da Previdência e Tributária. Líder do Democratas pela segunda vez, integra, desde 2003, o seletivo grupo de parlamentares mais influentes do Congresso Nacional. Com luz própria e bom trânsito na Câmara dos Deputados, já ocupou a 2ª vice-presidência e a Corregedoria da Casa. Destaca-se como debatedor.

Renan Calheiros (PMDB-AL)

Senador, 3º mandato, alagoano, advogado e produtor rural. Experiente, iniciou sua trajetória política no movimento estudantil. Foi deputado estadual, federal e ministro da Justiça no governo FHC. Na Assembléia Nacional Constituinte, foi autor da proposta que tornou facultativo o voto aos 16 anos. Com trânsito fácil entre seus pares, ocupou a 2ª Secretaria da Mesa em 1995, quando coordenou um grupo de trabalho que iniciou o processo de modernização do Senado. No período de 2001 a 2004, liderou o partido na Casa. É um dos operadores no Congresso em matérias de Justiça, Segurança e Cidadania. Relatou, em 2002, a medida provisória que regulamentou o pagamento de benefícios a anistiados políticos. Em 2003, Renan foi relator do programa Bolsa Família, que se transformou no principal programa social do governo Lula. Trabalhou pela aprovação do Estatuto do Desarmamento e foi autor do projeto de resolução que convocou, em 2005, o referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo no Brasil. Ainda em 2005, alcançou o ápice da carreira parlamentar ao ser eleito presidente do Senado, onde permaneceu até 2007. Em 2009, foi novamente escolhido líder do PMDB no Senado Federal, tendo sido reconduzido à função pela 4ª vez em 2011. É, também, o atual líder da Maioria no Senado. Está pela 15ª vez na relação dos “Cabeças” do Congresso Nacional. Destaca-se como articulador.

Demóstenes Torres (DEM-GO)

Senador, 2º mandato, goiano, promotor e procurador de Justiça. Parlamentar de sólida formação jurídica, militou no movimento estudantil e na OAB-GO. Foi secretário estadual de Segurança Pública no governo de Marconi Perillo (1999 a 2002), presidente do Conselho de Direitos Humanos de Goiás e procurador-geral de Justiça do estado. Respeitado por seu saber jurídico, já presidiu a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No mandato parlamentar, merecem destaque as relatorias da CPI do Apagão Aéreo, da CPI da Pedofilia, do Estatuto do Idoso e do projeto que deu origem à Lei da Ficha Limpa, LC 135/2010. Atual líder do Democratas no Senado, atua também como titular das comissões de Assuntos Econômicos, e de Constituição e Justiça. Neste início de legislatura, vem adotando postura ainda mais contundente na oposição ao governo de Dilma Rousseff em comparação ao governo do antecessor, ex-presidente Lula. Destaca-se como formulador.

Duarte Nogueira (PSDB-SP)

Deputado, 2º mandato, engenheiro agrônomo. Ao longo de sua trajetória política, iniciada em 1994, foi deputado estadual por três mandatos consecutivos, vice-líder do governo Mário Covas e líder do governador Geraldo Alckmin no Parlamento paulista. Também foi secretário de Habitação do estado, no governo Covas, e secretário de Agricultura e Abastecimento, na gestão Alckmin. É líder da bancada do PSDB e forte opositor do governo Dilma no Parlamento. Deputado de atuação firme, destaca-se como articulador. Na legislatura passada, na Câmara Federal, foi vice-líder da bancada, relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento e também integrou as comissões de Agricultura, de Orçamento, de Fiscalização e Controle, e ainda a Subcomissão Permanente de Radiodifusão. Parlamentar em ascensão em 2010, passou a integrar a lista dos deputados mais influentes do Congresso Nacional em 2011.

Paulo Pereira da Silva (PDT-SP)

Deputado, 2º mandato, metalúrgico. Uma das mais importantes lideranças do movimento sindical do País, foi secretário-geral e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e é o atual presidente da Força Sindical. Parlamentar articulado, foi presidente do PDT em São Paulo e líder na Câmara do Bloco formado pelo PSB, PDT, PCdoB, PMN, PHS e PRB, constituído à época por 77 deputados. Atualmente, é um dos vice-líderes mais ativos do PDT. É titular da Comissão de Trabalho, colegiado responsável pela análise das matérias de interesse dos assalariados, do mundo do trabalho e do sindicalismo brasileiro. Tem priorizado a aprovação da PEC 231/1995, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, e o projeto que acaba com o fator previdenciário. Voz ativa na defesa dos assalariados, aposentados, pensionistas e servidores públicos, dentro e fora do Congresso, liderou a resistência à Emenda 3 do projeto da Super Receita, que representava grave ameaça aos direitos trabalhistas. Articulou com o governo e as entidades patronais a regulamentação do trabalho no comércio aos domingos. Foi um dos negociadores do acordo histórico para a definição de uma política permanente de reajuste do salário mínimo e a antecipação do pagamento, de um mês a cada ano, de maio para janeiro. Lidera, em conjunto com as demais centrais, a formulação, articulação, negociação e votação de uma agenda de proposições de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional. Integra, pela quinta vez consecutiva, o seletivo grupo de parlamentares mais influentes do Parlamento brasileiro. Bom debatedor e excelente negociador, destaca-se como formulador.

Seguridade aprova relatório que avalia condições de saúde do trabalhador

A Subcomissão Especial para avaliar as condições de saúde do trabalhador, após oito meses de debates, apresentou relatório sobre o tema, aprovado por unanimidade, em reunião realizada em 14 de dezembro, na Comissão de Seguridade Social e Família.

O colegiado é composto pelo presidente, deputado Danilo Forte (PMDB-CE); o relator, deputado Dr. Aluizio (PV-RJ); e também os titulares: deputadas Aline Corrêa (PP-SP), Cida Borguetti (PP-PR), Jô Moraes (PCdoB-MG) e Sueli Vidigal (PDT-ES); e os suplentes: deputados Amaury Teixeira (PT-BA), Antônio Brito (PTB-BA), Chico D'Angelo (PT-RJ), Erika Kokay (PT-DF), João Ananias (PCdoB-CE) e Padre João (PT-MG).

CONCEITOS

No relatório da Subcomissão, o tema foi assim definido: “Na Lei Orgânica da Saúde (8.080, de 19 de setembro de 1990), parágrafo terceiro: “Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho...”

Em 2001, o Ministério da Saúde propôs nova definição: “A Saúde do Trabalhador constitui uma área da Saúde Pública que tem como objeto de estudo e intervenção as relações entre o trabalho e a saúde. Tem como objetivos a promoção e a proteção da saúde do trabalhador, por meio do desenvolvimento de ações de vigilância dos riscos presentes nos ambientes e condições

de trabalho, dos agravos à saúde do trabalhador e a organização e prestação da assistência aos trabalhadores, compreendendo procedimentos de diagnóstico, tratamento e reabilitação de forma integrada, no SUS.”

Mais recentemente, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (PNSST), em minuta colocada disponível por meio de Consulta Pública 4, de 19 de julho de 2011, o Ministério da Saúde apresenta o seguinte entendimento: “A Saúde do Trabalhador constitui um campo

Devido a amplitude do tema, a Subcomissão definiu dois recortes na intenção de aprofundar questões consideradas prioritárias – o setor petrolífero e profissionais da área de saúde – e também citou alguns acidentes de maior proporção

da Saúde Pública que compreende a articulação de conhecimentos e práticas delimitadas pelas inter-relações entre produção, trabalho e saúde no contexto socioambiental do desenvolvimento das sociedades humanas.

Parte do pressuposto de que o trabalho é um importante determinante do processo saúde-doença, com expressões diversas sobre a saúde física e mental dos trabalhadores. Assume a concepção de que os trabalhadores são sujeitos de sua história e experiência laborativa e atores fundamentais na conquista de melhores condições de trabalho

e saúde. Em suas práticas, articula conhecimentos de diversos campos disciplinares, das ciências humanas, da saúde, das ciências exatas, bem como dos saberes e experiências dos trabalhadores.”

DEFESA DO RELATÓRIO

O relator da proposição, deputado Dr. Aluizio (PV-RJ), apresentou a defesa do parecer.

Devido a amplitude do tema, a Subcomissão definiu dois recortes na intenção de aprofundar questões consideradas prioritárias – o setor petrolífero e profissionais da área de saúde – e também citou alguns acidentes de maior proporção.

Levantou a importância de prevenir acidentes de trabalho, que avalia ser um dos vilões na precarização das condições de saúde do trabalhador.

SETOR PETROLEIRO

Segundo o relator, no setor petrolífero, há maior incidência de acidentes de trabalho entre os trabalhadores terceirizados. É também um dos setores responsáveis por acidentes de maior proporção.

Apesar de ser um setor de alta tecnologia e complexidade, esclareceu que, no contexto sócio-ambiental, esse ramo agride não só a natureza como também a sociedade. Citou como exemplo o caso Chevron.

Relatou ainda, que o Brasil não tem um Plano Nacional de Contingenciamento, não estando, assim, preparado para lidar com acidentes de grandes proporções.

Quanto aos empregados terceirizados, relatou que estes ficam mais tempo nas plataformas aumentando o risco de acidentes, pois não

há tempo hábil para descanso. Enquanto os funcionários das empresas têm um período maior para descanso.

PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE

Foi realizada audiência pública em 24 de novembro de 2011, para tratar do tema, sessão presidida pelo deputado Dr. Aluizio.

O relator avaliou que esses profissionais vivem expostos constantemente a situações de risco e têm uma carga horária de trabalho elevada.

PROPOSTAS E RECOMENDAÇÕES

Para o relator não há novidade, porém ele sugere agilidade no andamento de proposições que já tramitam na Casa, melhorando sobremaneira o tema.

De acordo com o relator, a área de saúde do trabalhador já é devidamente regulamentada no país, mas precisa ser otimizada e fiscalizada.

Dentre as recomendações apresentadas pela Subcomissão destacam-se:

- Requerimento para que o presidente da Câmara determine o envio do PL 3.765/2008, que altera a Lei 5.811, de 11 de outubro de 1972, para assegurar a jornada de turnos ininterruptos de revezamento, estabelecida no inciso XIV do art. 7º da Constituição Federal, aos trabalhadores abrangidos por esta legislação especial, e garantir o âmbito de aplicação dessa legislação a todos os que prestem serviços sob o regime de embarque e confinamento, como empregados ou como trabalhadores terceirizados, de autoria do deputado Jorge Bittar (PT-RJ), que está na Comissão de Trabalho para a próxima Comissão – Constituição e Justiça, conforme previsto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu art. 52, § 6º.

- Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 2.295, de 2000, que define em 30 horas semanais a jornada de trabalho dos profissionais da área de enfermagem, de autoria do Senado Federal. Já foi aprovado parecer favorável nas Comissões

de Seguridade Social e Família, Finanças e Tributação, Constituição e Justiça, devendo agora a matéria ir para a Comissão de Trabalho.

- Indicação ao Ministério de Minas e Energia instando para que a Petrobras cumpra as normas de segurança preconizadas pela legislação brasileira.

O relator também fez comentários sobre os termos do PL 4.330/2004, que trata da regulamentação da terceirização. Esta matéria teve substitutivo aprovado em sessão ordinária realizada no dia 23 de novembro de 2011 na Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições voltadas para a regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil.

A matéria também já foi aprovada nas comissões de Desenvolvimento Econômico e de Trabalho. Agora, segue para a Comissão de Constituição e Justiça, onde foi designado como relator o deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA).

Bancadas do PSDB e PP elegem líderes para a sessão legislativa de 2012

Com votações unânimes, os parlamentares do PSDB e do PP da Câmara elegeram, no dia 14 de dezembro, os novos líderes da bancada para 2012. Os tucanos escolheram Bruno Araújo (PE), enquanto os deputados do PP optaram por reconduzir Agnaldo Ribeiro (PB) ao cargo.

A escolha de Araújo embute um cálculo político dos tucanos, que pretendiam distensionar a relação entre São Paulo e Minas e imprimir à sigla um caráter mais nacional. Advogado natural de Recife, foi deputado estadual duas vezes e está no segundo mandato como deputado federal.

Araújo disse pretender dar espaço aos deputados “temáticos” da bancada, para valorizar os pré-candidatos a prefeito em 2012. “Mais que um partido de oposição, vou mostrar que somos um partido de posições”, disse.

O PP, no dia seguinte à reunião que expôs a divisão do partido sobre a manutenção no cargo do ministro das Cidades, Mário Negromonte, fez eleição para a liderança. Em votação secreta, 36 dos 39 deputados votaram em Agnaldo. Os três ausentes já haviam sinalizado apoio a Agnaldo.

Isso foi possível dentro de um acordo pelo qual Agnaldo seria

reconduzido desde que a bancada aprovasse a redação de um documento de apoio e solidariedade a Negromonte. “O ministro é o ministro da bancada. Tem 100% do apoio.

Todos os deputados e senadores assinaram o apoio a ele”, disse João Pizzolatti (SC), considerado pró-Negromonte. Segundo ele, “a paz voltou à bancada”.

Já o líder reconduzido disse que se trata mais de um “gesto de solidariedade”. “A questão do ministério vamos tratar quando a presidente achar oportuno”, afirmou.

APOSENTADORIA

Entidades defendem trabalhadores contra o fator previdenciário

*Alysson Alves**

No dia 29 de novembro, em audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social do Senado Federal, representantes e parlamentares que atuam em favor da Previdência Social unificaram o discurso contra o fator previdenciário criado pelo governo Fernando Henrique e que reduz em torno de 40% as aposentadorias dos trabalhadores.

Além do combate à regra matemática que prejudica os assalariados no momento da aposentadoria também foi defendida a chamada desaposentação, mecanismo que garantirá ao segurado do INSS que volte à atividade laboral o direito de renunciar ao benefício previdenciário para que volte a se aposentar com benefício maior.

Sobre a desaposentação, tramita na Câmara dos Deputados o PL 3.884/2008, do deputado Cleber Verde (PRB-MA). Também é de autoria do parlamentar o livro: *Nova Aposentadoria – Desaposentação: a chave para uma aposentadoria melhor*, que discute a criação da Previdência Pública no Brasil, sua importância estratégica para a redução das desigualdades sociais e a possibilidade de renúncia à aposentadoria para a obtenção de

um benefício maior a partir das novas contribuições.

PROPOSIÇÕES

A extinção do fator previdenciário está consubstanciada no PLS 296/2003, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposição, que desde 2008 tramita na Câmara

Para 2012, a política de reajuste do salário mínimo irá aumentar o piso em 14%, enquanto os beneficiários da Previdência Social, que ganham acima do piso, terão aumento em torno de 7%

dos Deputados como PL 3.299, está em discussão na Comissão de Finanças e Tributação.

Desde 2008 o projeto está em discussão na comissões temáticas da Câmara. O governo não concorda com a extinção pura e simples da regra que penaliza os assalariados.

A retomada do debate em torno do fator previdenciário é porque recentemente, vários veículos de imprensa divulgaram que o governo tem a intenção de extingui-lo sob o argumento de

que "a conta não fecha". Em seu lugar, o Ministério da Previdência colocaria a fórmula 95/105 - 95 é a soma da idade com o tempo de contribuição para mulheres e 105 é a soma aplicada aos homens.

ALTERNATIVAS DISCUTIDAS

“Como alternativa ao fator previdenciário chegou a ser discutida a chamada fórmula 85/95, que corresponde a 30 anos de contribuição com 55 anos de idade para a mulher e 35 anos de contribuição com 60 anos de idade para o homem. Não avançou porque ao invés de acabar com o fator, incluía a idade mínima para a aposentadoria”, disse Carlos André Ortiz, da Força Sindical.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) também não concorda com a fórmula 85/95 porque, segundo o secretário-geral da entidade, Quintino Severo, tem embutida a idade mínima para a aposentadoria. “O governo ficou de apresentar uma proposta alternativa, mas não o fez até o presente momento. Defendemos que o novo texto apresente também uma política de recuperação do poder de compra dos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo”.

Para 2012, a política de reajuste do salário mínimo irá aumentar o piso em 14%, enquanto os beneficiários da Previdência Social,

que ganham acima do piso, terão aumento em torno de 7%.

“Construir alternativas para que esses aposentados e pensionistas compartilhem do crescimento do país e da economia é fundamental para a conquista da almejada justiça social”, destacou Severo.

Nesse sentido, discursou tam-

bém o secretário nacional de finanças da Central Geral dos Trabalhadores, Lindolfo dos Santos Neto, “para quem a valorização da economia interna passa pelo aumento da produção, do salário mínimo e das aposentadorias.

Para o secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores,

Moacir Roberto Tesch Auersvald, a preocupação com o fator previdenciário é com a grande maioria dos trabalhadores que iniciam mais cedo na atividade laboral. “O desemprego, triste realidade no mercado brasileiro, interfere e prejudica o trabalhador na obtenção do direito à aposentadoria”, garantiu.

Análise da Seguridade Social em 2010

O presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Álvaro Sólton de França, enfatizou que a Previdência Social é fundamental para reduzir as desigualdades regionais e movimentar a economia, em especial, a de pequenos municípios.

Álvaro distribuiu aos parlamentares e demais participantes da audiência o livro: *Análise da Seguridade Social em 2010*. De autoria da Fundação Anfip, a publicação desmistifica o déficit da Previdência Social.

“Em 2010, o Brasil marca a sua saída da crise financeira, que abalou o mundo em setembro de 2008, e que ainda perdura em vários países, especialmente nas economias mais avançadas. As receitas da Seguridade Social totalizaram R\$ 458,6 bilhões, um valor R\$ 65,8 bilhões superior ao de 2009”.

E prossegue o livro: “o aumento não deriva de novos tributos, nem do aumento de alíquota; simplesmente responde à retomada do

processo econômico em que o PIB cresceu 7,5% em termos reais, maior expansão em 25 anos”.

FATOR: MOEDA DE AJUSTE FISCAL

O diretor de Documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, também contribuiu com os debates. Segundo Queiroz, “o fator previdenciário é uma variável de ajuste fiscal e existem outras variáveis, como a taxa de juros - a mais alta do planeta - que poderia ser discutida de maneira séria de modo a contribuir com o crescimento econômico do País, a melhoria das finanças públicas e a conseqüente redução da dívida pública.”

E continuou: “no Brasil, quem paga imposto são os trabalhadores, tributados no momento do consumo. Não há justiça fiscal na arrecadação já que quem paga são os pobres. A justiça ocorre, é bem verdade, na destinação, que é realizada de maneira direta.”

Ainda sobre a polêmica do fator previdenciário, Queiroz foi enfático em dizer que “lamentavelmente se perdeu a oportunidade de no final do segundo

mandato do governo Lula aprovar a proposta do deputado Pepe Vargas (PT-RS), que instituiu a fórmula 85/95”.

“Haveria o congelamento da tábua de perspectiva de sobrevivência, a população teria acesso às renúncias e aportes feitos à Previdência e os trabalhadores que fossem dispensados às vésperas da aposentadoria teriam seus direitos assegurados”, asseverou.

“Agora, o governo Dilma pode e deve apresentar uma alternativa que não mais onere e prejudique tanto os trabalhadores no momento da aposentadoria”, defendeu Antônio Augusto.

Para que seja apresentada uma nova proposta e construído o consenso necessário à sua aprovação a Confederação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap) anunciou que se necessário fará vigílias no Parlamento a exemplo de outras já realizadas em favor das políticas públicas voltadas para os benefícios da Previdência Social.

* Jornalista e assessor do Diap

Sem surpresa, fator previdenciário abocanha um pouco mais das aposentadorias

Silvia Barbara*

Como nos últimos anos, o valor inicial das aposentadorias está, em média, 0,5% mais achatado a partir de 1º de dezembro. Os menos afortunados serão os homens que se aposentarem aos 61 anos de idade: vão amargar uma beliscada de 1%, o dobro da média.

A mudança decorre da divulgação, pelo IBGE, da tábua de mortalidade referente a 2010, que passa a ser usada no cálculo do fator previdenciário a partir de 1º de dezembro de 2011. Os dados também registram a expectativa de vida em cada faixa etária.

Os números do IBGE não ofereceram nenhuma surpresa. Todos os anos a variação é praticamente a mesma, exceção feita à tabela de 2002 (divulgada em 2003), quando houve mudança na metodologia de cálculo.

Basta pegar as tábuas de mortalidade de 2008, 2009 e essa mais recente, de 2010. Em cada faixa etária, a diferença de um ano para o outro é exatamente a mesma. Quem estuda o fator previdenciário já tinha feito os cálculos, antes mesmo da divulgação oficial.

Essa constância tem um motivo: os números divulgados anualmente são meras projeções baseadas nos Censos de 1980, 1991 e 2000, além das estatísticas de óbitos do Registro Civil entre 1999 e 2011. Isso tende a mudar no próximo ano, já que os cálculos serão atualizados com base no Censo Demográfico de 2010 e nas estatísticas de registro civil, também de 2010.

O IBGE até já marcou a data para a divulgação: 29 de novembro de 2012. Espera-se que o Ministério da Previdência não antecipe em dois dias a aplicação do novo fator previdenciário, já que nos últimos

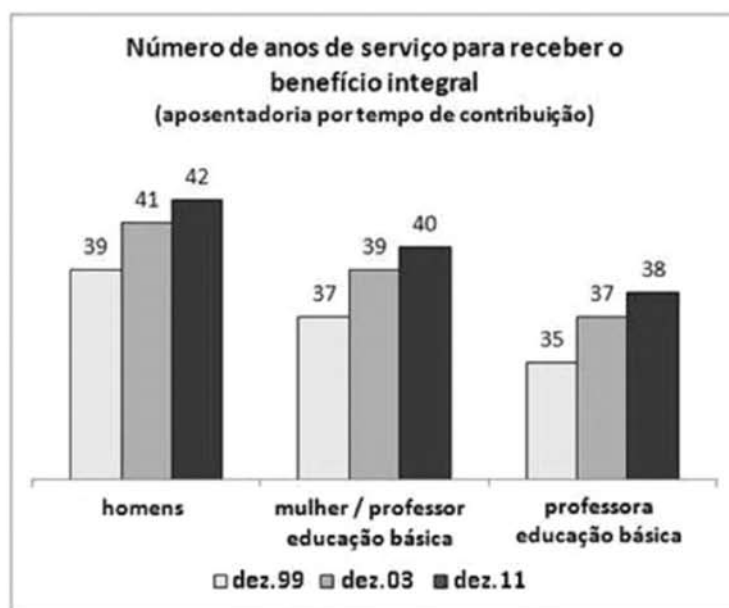
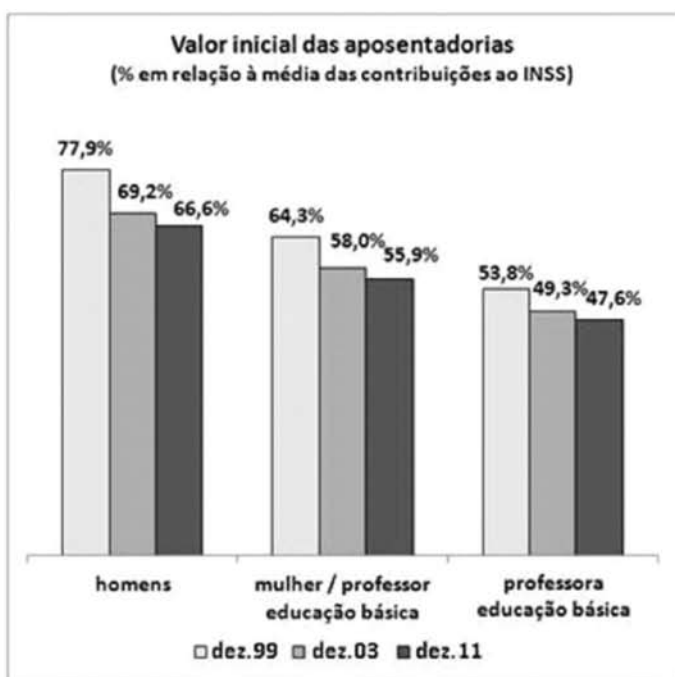
anos a mudança ocorre sempre no dia 1º de dezembro.

AJUSTE FISCAL

Mesmo sendo projeções, os dados divulgados pelo IBGE têm caráter de verdade absoluta que custou, nos últimos 13 anos, um alto preço. O fator previdenciário foi o mais bem sucedido e duradouro exemplo de ajuste fiscal, com fatura enviada diretamente aos trabalhadores. Não todos, é verdade.

O fator previdenciário pune os trabalhadores urbanos formalizados, exatamente os que mais contribuem com a Previdência Social. E a pena é tanto maior quanto mais cedo ele tiver ingressado no mercado de trabalho.

O problema não está limitado ao corte no valor real das aposentadorias, que em casos extremos pode chegar a mais de 50% (veja tabelas abaixo). Mais grave é a falta de previsibilidade, já que o fator previdenciário muda a cada ano, de acordo com a tabela do IBGE.



A característica mais positiva da Seguridade Social é a solidariedade e esse atributo tem que ser mantido. O que não dá é transferir a conta apenas para os trabalhadores que contribuem para o INSS, como se eles fossem um bando de privilegiados.

MUDANÇAS

O fator previdenciário é injusto e imperfeito. A melhor alternativa seria a retomada das negociações interrompidas em 2009, o que exi-

ge um bem cada vez mais escasso: disposição política. Isso envolve um duplo reconhecimento: 1) o fator não pode continuar como está, 2) sua extinção, pura e simples, é inviável.

Esse quadro pode mudar, caso o Supremo Tribunal Federal retome o julgamento de algumas ações relacionadas ao fator previdenciário. Entre elas, as duas ações diretas de inconstitucionalidade e os processos

de desaposentação, um subproduto dos estragos provocados pela redução dos benefícios.

Tal como ocorreu no aviso prévio proporcional por tempo de serviço, a possibilidade de o STF decidir sobre o fator pode precipitar a retomada das negociações políticas. Tomara.

(*) Professora, é diretora da Fepesp e do Sinpro-SP, entidades filiadas ao Diap

PEC 270/08: Câmara aprova proventos integrais para aposentados por invalidez

A Câmara aprovou, em primeiro turno, no dia 14 de dezembro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que concede aposentadoria integral aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente caso tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência.

A matéria foi aprovada por unanimidade (401 votos), mas precisa passar por um segundo turno de votação antes de ser enviada ao Senado.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até essa data e já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos. Segundo o relator, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), a mudança feita pela PEC corrige uma das distorções da reforma previdenciária. “É inaceitável que o indivíduo atingido por uma situação de invalidez, que mais precisa de cuidados e atenção do Estado, tenha seus proventos mais limitados que o servidor saudável”, afirmou.

A reforma da Previdência instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável listada em lei.

RETROATIVIDADE

No substitutivo que Faria de Sá apresentou à comissão especial, estava prevista retroatividade a 2003, mas o texto aprovado retirou essa regra nas

negociações com o governo. Para o relator, os aposentados poderão recorrer à Justiça para requerer a retroatividade. “O governo foi contra a retroatividade, mas ela poderá ser requerida na Justiça”, afirmou.

A PEC estipula um prazo de 180 dias para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão vão valer a partir data de promulgação da futura emenda constitucional.

A deputada Andreia Zito agradeceu aos deputados envolvidos na discussão pela aprovação da PEC, lembrando que o próprio presidente se empenhou em colocar o assunto em pauta.

Ela também parabenizou as instituições que representam os aposentados por invalidez. “Estamos mostrando para o Brasil e para essas pessoas que não nos esquecemos delas”, afirmou.